



Com vários projetos polêmicos, Congresso retoma trabalhos hoje

Entre os textos que fazem ou farão parte da pauta dos senadores neste ano e que o governo considera urgentes, estão o que cria a Lei Geral da Copa de 2014, o que muda o regime previdenciário dos servidores, o que estabelece novo modelo para o ICMS e os que promovem a reforma política

Em sessão solene que será realizada hoje no plenário da Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional iniciará o ano legislativo. Na cerimônia, senadores e deputados ouvirão mensagem enviada pela presidente Dilma Rousseff, que será lida pela ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil). Tanto o Senado quanto a Câmara têm em suas pautas projetos polêmicos à espera de votação. Um deles é o que muda o sistema de previdência dos funcionários públicos — a proposta deve ser votada pelos deputados ainda neste mês. Outro projeto importante é o da Lei Geral da Copa de 2014. **3 a 5**

Plenário do Senado: 2012 será um ano em que os senadores votarão projetos de lei considerados prioritários pelo governo



Ana Volpe/Senado Federal



Em solenidade de abertura do ano judiciário, Sarney (E), ao lado de Temer e Peluso, critica "judicialização da política"

Sarney: "Constituição deve ser viva"

Em discurso na abertura do ano judiciário, no Supremo Tribunal Federal, o presidente do Senado, José Sarney,

afirmou ontem que "a judicialização da política é um dos maiores desserviços à harmonia entre os Poderes". **2**

Novos debates sobre a lei do Ato Médico **8**

Volta à pauta o Estatuto da Juventude **6**

Em discussão proposta sobre poder do CNJ para investigar **2**

Casa receberá MPs de ajuda a deficientes **4**

Regras para profissões são alvos de vetos **7**

Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.

www.senado.gov.br/jornal



Pinheiro (C) substituiu Humberto Costa, após acordo com Wellington Dias

Novo líder do PT é o senador Walter Pinheiro

A bancada também decidiu que Marta Suplicy continua 1ª vice-presidente. Paulo Paim e Delcídio do Amaral foram mantidos à frente da CDH e da CAE. **7**

Na abertura do ano judiciário, o presidente do Senado também criticou a “judicialização da política”, mas ressaltou que cabe ao Congresso evitar que debates legislativos sejam levados ao Supremo



Sarney fala no STF: “Sem o Judiciário, as leis seriam uma construção abstrata, que não teria aplicação na realidade”

Sarney destaca harmonia entre os três Poderes

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, destacou ontem a importância da harmonia entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo para que sejam respeitadas as garantias constitucionais dos cidadãos. Sarney, que discursou na abertura do ano judiciário, no Supremo Tribunal Federal (STF), criticou a chamada “judicialização da política”, mas ressaltou que cabe ao Congresso Nacional evitar que os debates legislativos cheguem ao Supremo.

— A judicialização da política é um dos maiores desserviços à harmonia entre os Poderes. Ela deforma o sistema

republicano. É o próprio Legislativo que deve evitar levar ao Supremo Tribunal Federal questões que devem ser resolvidas *interna corporis* e que dizem respeito ao processo legislativo e ao nosso sistema político — disse.

Ao traçar um histórico do Judiciário no país desde o período da Monarquia, Sarney afirmou que o STF “é o guardião da Constituição e, portanto, de nossas liberdades”.

— Sem o Judiciário, as leis seriam uma construção abstrata, que não teria aplicação na realidade — afirmou.

Em seu pronunciamento, o senador afirmou que o

Congresso tem trabalhado para aprimorar a legislação brasileira.

Como exemplo, citou o processo de atualização das normas de determinadas áreas e ramos do Direito, como as revisões dos códigos de Processo Penal e Civil e do Código Penal.

Também estão em diferentes estágios no Legislativo as revisões do Código de Defesa do Consumidor, do Código Eleitoral e do Código Florestal.

— Temos empreendido uma atualização constante de nossa legislação visando acelerar e otimizar o processo judiciário — salientou.

Para Peluso, CNJ tem melhorado o Judiciário

O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, abriu ontem os trabalhos da Corte afirmando que o Judiciário é hoje mais transparente e, portanto, mais suscetível a críticas. Ele listou uma série de avanços na modernização da Justiça desde a reforma do Judiciário proposta em 1992 e aprovada na forma da EC 45/04. Entre elas, a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

— Criado em 31 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, é inegável que, nestes quase sete anos de

atuação, com gestores e colaboradores de diferentes perfis, o CNJ tem sido propulsor do desenvolvimento do Poder Judiciário — disse.

Peluso também ressaltou a importância do trabalho conjunto dos três Poderes e destacou a necessidade de assinatura do 3º Pacto Republicano.

— Embora não tenhamos assinado a terceira edição, o que, espero, possamos fazer em breve, em 2011 várias medidas já idealizadas foram implementadas — afirmou.

Presentes à cerimônia, o presidente da Câmara, deputado Marco Maia, e o presidente da República em exercício, Michel Temer, enfatizaram a estabilidade da Federação e a harmonia entre os Poderes.

A solenidade, que marca o início dos julgamentos de 2012 do STF, contou ainda com as presenças do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e do ministro do Tribunal de Contas da União Benjamin Zymler, entre outras autoridades.

Presidente lamenta morte de Seixas Dória

A morte do ex-governador de Sergipe Seixas Dória, aos 94 anos, na terça-feira, foi lamentada em nota pelo presidente do Senado, José Sarney. Segundo o senador, Dória foi “um exemplo de coerência,

de dignidade e de fidelidade aos seus princípios”.

Sarney lembrou ter iniciado sua amizade com Dória em 1955, na Frente Nacionalista, no Rio de Janeiro. Disse ainda que o ex-governador sergipano

trabalhou ao seu lado na transição democrática que conduziu quando foi presidente da República. “O Brasil perdeu um dos homens mais importantes da sua história contemporânea”, afirma Sarney na nota.

Conselho Nacional de Justiça volta à pauta do Senado

Um dos temas mais aguardados para este ano no Senado é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 97/11, conhecida como PEC do CNJ. A proposta, de Demóstenes Torres (DEM-GO), tem o objetivo de tornar mais claras as competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Corregedoria Nacional de Justiça. A matéria está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) é o relator.

O assunto ganhou força no fim do ano passado, quando decisão liminar do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o poder originário de investigação do CNJ contra magistrados, determinando que o órgão só atue após as corregedorias locais. A decisão foi criticada por vários senadores.

Na última sessão da CCJ de 2011, Demóstenes pediu para que a PEC fosse votada, a fim de devolver ao CNJ o poder pleno para investigar magistrados. No

entanto, requerimento para a realização de audiência pública sobre o tema, com participação da corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon, acabou provocando o adiamento da discussão para 2012. Segundo o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a matéria será votada assim que for realizada a audiência.

A PEC, explica Demóstenes, esclarece que o CNJ pode processar juízes, desembargadores e até ministros de tribunais superiores. Pela proposta, o CNJ poderá atuar de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa e poderá impor penas como remoção, advertência, censura, disponibilidade e aposentadoria com proventos proporcionais.

Na justificativa do projeto, o senador lembra que o CNJ foi criado em 2004 e instalado em 2005, para exercer o controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário. Ele acredita que a PEC vai deixar claro que a competência do CNJ é concorrente e não subsidiária.



Eliana Calmon, corregedora do CNJ, deve participar de audiência no Senado

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Presidência Abertura do ano legislativo

15h30 O presidente do Senado, José Sarney, chega ao Palácio do Congresso, conduzido por batedores; às 16h, preside a solenidade de abertura do ano legislativo, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Congresso Sessão solene

16h Em sessão solene no Plenário da Câmara dos Deputados, os parlamentares instalam os trabalhos da segunda sessão da 54ª legislatura. A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, fará a leitura da mensagem encaminhada pela presidente Dilma Rousseff.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

O Poder Legislativo recebe a segunda mensagem da presidente Dilma Rousseff, que este ano deverá ser entregue pela chefe da Casa Civil da Presidência, Gleisi Hoffmann



Waldemir Barreto/Senado Federal

Os parlamentares realizam sessão solene no plenário da Câmara dos Deputados para dar início ao novo ano legislativo. Se não chover, Esplanada dos Ministérios será palco de cerimônia tradicional

Congresso retoma hoje seus trabalhos

EM SESSÃO SOLENE no plenário da Câmara dos Deputados, às 16h, o Congresso Nacional inicia hoje o ano legislativo. Senadores e deputados instalam a segunda sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, ouvindo a leitura de mensagem da presidente Dilma Rousseff. É a segunda mensagem que ela envia ao Congresso e a expectativa é que aborde iniciativas para atacar os problemas mais prementes do país.

No ano passado, trazida pela própria Dilma, a mensagem presidencial abordava a tragédia que acabava de vitimar famílias soterradas por deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro. No texto, ela prometeu um pacto para evitar novas tragédias e firmou o compromisso de lutar pela erradicação da miséria e por uma política de longo prazo para o reajuste do salário mínimo.

“A manutenção de regras estáveis, que permitam ao salário mínimo recuperar o seu poder de compra, é um pacto deste governo com os trabalhadores”, afirmou Dilma.

A presidente também defendeu as reformas tributária e política, assuntos recorrentes no discurso parlamentar, que podem voltar na mensagem deste ano.

Entre governo e oposição, não há parlamentar que não se preocupe com essas reformas e com a alta da inflação, o baixo crescimento do produto interno bruto (PIB) e a crise educacional.

Pesquisas

A segunda mensagem do governo Dilma chega em plena “lua de mel” com a opinião pública. As pesquisas indicam que 59% dos brasileiros consideram sua gestão ótima ou boa — um recorde de aprovação, à frente

dos 50% registrados no primeiro ano do último governo Lula.

De acordo com a praxe estabelecida, a partir do segundo ano de mandato presidencial, a chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, deverá trazer a mensagem de 2012. Ela estará sendo aguardada às 15h50, na Chapelaria do Congresso, pela diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado, Andréa Valente, e dali será levada até o plenário.

O presidente do Senado, José Sarney, conduzirá a solenidade, depois de cumprir um rito: chegará ao Congresso conduzido por batedores, ouvirá o Hino Nacional executado pela Banda do Batalhão da Guarda Presidencial, assistirá à execução de salva de 21 tiros de canhão pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha e passará a tropa em revista.

Dali, Sarney, parlamentares e convidados seguirão para o plenário da Câmara, onde será lida a segunda mensagem dirigida por Dilma ao Congresso.

Roteiro da solenidade

Cerimônia está marcada para a tarde. Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, será a portadora da mensagem da Presidência da República

15h40 Execução do Hino Nacional pela Banda do **Batalhão da Guarda Presidencial**, hasteamento das bandeiras das duas Casas legislativas, salva de gala (21 tiros de canhão) pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha (Bateria Caiena) e revista à tropa pelo presidente do Congresso.

15h50 Recepção à portadora da mensagem da presidente da República, pelos diretores de Relações Públicas do Senado e da Câmara, na Chapelaria.

16h Início da cerimônia no **Plenário da Câmara**.

Em caso de chuva, será cancelada a programação externa.



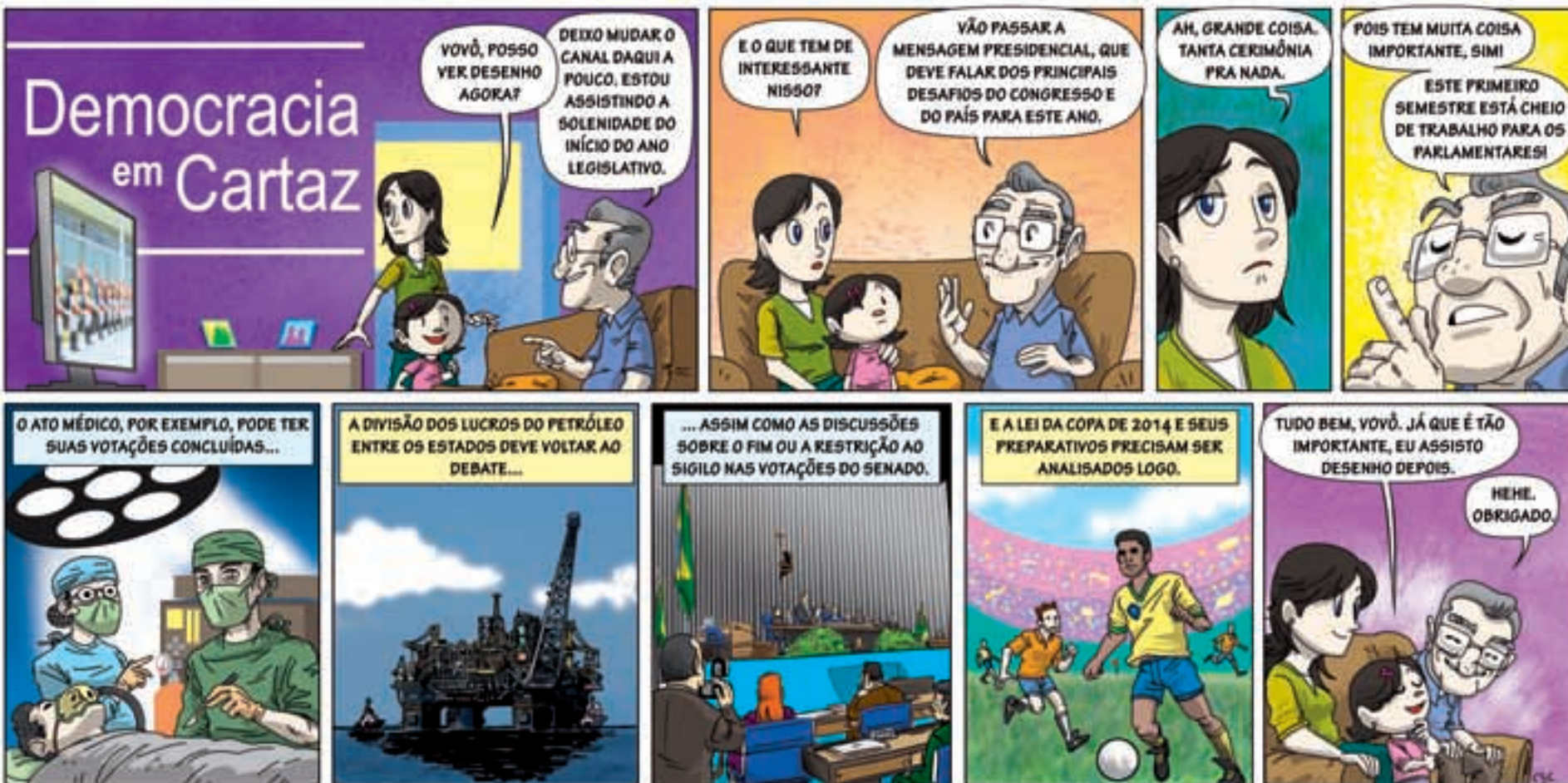
Fotos: J.Freitas e Waldemir Barreto

No ano passado, a própria Dilma Rousseff leu a mensagem presidencial

Três Poderes

Representantes do Executivo e do Judiciário também fazem parte da Mesa na instalação da segunda sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura

1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Eduardo Gomes	2º vice-presidente da Mesa do Congresso, senador Waldemir Moka	ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann , representando a Presidência da República	presidente da Câmara, Marco Maia	presidente do Congresso, senador José Sarney	ministro Ricardo Lewandowski , representando o Supremo Tribunal Federal	1º vice-presidente da Mesa do Congresso, deputada Rose de Freitas	3º secretário da Mesa do Congresso, deputado Inocêncio Oliveira	2º secretário da Mesa do Congresso, senador João Ribeiro
---	---	---	---	---	--	--	--	---



Pelo menos 15 MPs devem vir para os senadores até maio

Até maio, pelo menos 15 medidas provisórias (MPs) devem chegar ao Senado. É esse o número das MPs a serem votadas na Câmara dos Deputados, e o Poder Executivo pode editar outras a qualquer momento.

Duas dessas medidas concedem benefícios para pessoas com deficiência: a MP 549/11 reduz a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e sobre a receita de comercialização no mercado interno de produtos destinados a beneficiar pessoas com deficiência, tais como próteses oculares, implantes cocleares, lupas eletrônicas, acionadores de pressão, digitalizadores de imagens (*scanners*) equipados com sintetizador de voz, entre outros. Já a MP 550/11 prevê linha de crédito para compra de produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência. Tecnologia assistiva são recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, assegurando-lhes vida mais independente.

Outra medida que em breve será analisada pela Câmara, a MP 544/11, entre outros assuntos, estabelece normas específicas para compras e contratações na área de defesa, além de criar regime especial tributário e de financiamento para a indústria do setor.

A MP 545/11, por sua vez, altera a incidência do PIS-Pasep e da Cofins sobre a cadeia produtiva do café, suspende o PIS-Pasep, a Cofins e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para construção e reforma de salas de cinema e transfere para a Receita Federal o controle sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), taxa cobrada em portos.

A criação de cadastro nacional de áreas com risco de deslizamento está prevista na MP 547/11. Os municípios incluídos no cadastro terão que mapear as áreas sujeitas a deslizamentos, elaborar planos de contingência e obras para redução dos riscos, além de instituir núcleos de defesa civil, de acordo com as normas do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec).

A MP 557/11 institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna. O objetivo é reduzir a mortalidade materna para alcançar a meta proposta na Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), de reduzir o índice de 1990, de 140 óbitos por 100 mil nascidos vivos, para 35 óbitos por 100 mil até 2015. Em 2010, essa taxa foi de 67 por 100 mil. De 1990 a 2010, o ritmo de queda foi 3,6% anuais, mas, para alcançar a meta, deveria ser de 5,4%.

Outra novidade instituída por MP (551/11) é a tarifa de conexão, a ser paga pelo proprietário ou explorador da aeronave e devida pela alocação de passageiro em conexão em estação de embarque. A medida, segundo explica o governo, corrige distorções como a de não remunerar operador aeroportuário por fluxo de passageiros em conexão em seu terminal, e é essencial para os aeroportos internacionais de Brasília e de Campinas (SP) — onde os passageiros em conexão correspondem a 39% e 29% dos usuários, respectivamente.

A MP 552/11 reajusta de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil o limite de valor do regime Especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Também reduz a tributação incidente na venda de massas alimentícias no mercado interno.

Uma das medidas cria a tarifa de conexão, a ser paga aos aeroportos pelas empresas aéreas



Duas das MPs beneficiam pessoas com deficiência com isenções de impostos de produtos funcionais

Regime previdenciário dos servidores públicos e Lei da Copa merecem atenção especial do Executivo, segundo o líder

Polêmicas na agenda do

A MUDANÇA NO regime previdenciário dos servidores públicos, a Lei Geral da Copa, a fixação de novo modelo para o ICMS e a reforma política são as prioridades do Executivo no Senado neste início de ano, conforme anunciou o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), em entrevista à Agência Senado.

Jucá citou ainda as 15 medidas provisórias em tramitação na Câmara, que devem ser analisadas para não perder eficácia. Segundo ele, o governo também deverá se empenhar pela votação de matéria que, embora não seja prioridade do Executivo, faz parte do acordo de lideranças: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/09, sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo.

As prioridades do governo estão cercadas de polêmica. A criação de fundo de previdência complementar para os servidores públicos, por exemplo, vem sendo tentada desde 1999.

Já a reforma política é o tema mais complexo, por envolver várias propostas. Em maio de 2011, a Comissão de Reforma Política do Senado entregou ao presidente da Casa, José Sarney, 11 proposições, sendo sete propostas de emenda à Constituição e quatro projetos de lei (PLS).

Os projetos tratam de temas como cláusula de desempenho dos partidos, datas de posse para o Executivo, instituição do sistema eleitoral proporcional de listas fechadas para a Câmara, redução do



número de suplentes de senador, fidelidade partidária e financiamento público de campanha.

Copa

Polêmica semelhante é enfrentada pelo PL 2.330/11, a Lei Geral da Copa. Liberação de bebidas alcoólicas nos estádios, além da meia-entrada ou de ingresso social para idosos são pontos de discordância. A última versão do relatório permite o consumo de álcool, mas apenas durante os jogos da Copa. Também não há acordo quanto à responsabilidade civil da União

por danos ocorridos durante o evento.

ICMS

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, de autoria do líder do governo, que originalmente trata das alíquotas de ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados, é um dos pontos da reforma tributária defendida pelo Ministério da Fazenda. Sua discussão deve gerar demanda por compensações nos estados que se sentirem prejudicados com uma eventual padroni-

Eleições podem concentrar votações da CCJ, diz Eunício

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira (PMDB-CE) marcou para quarta-feira, dia 8, a primeira reunião de 2012. Ele espera poder agilizar o exame das proposições no primeiro semestre, prevendo dificuldades em reunir o colegiado entre agosto e outubro, quando os parlamentares estarão envolvidos com as eleições municipais. O senador vai manter a estratégia de esgotar as possibilidades de entendimento sobre as propostas, levando para decisão no voto apenas quando um acordo não for possível. Eunício conduziu assim os trabalhos em 2011 e avaliou a estratégia como muito produtiva, permitindo a votação de cerca de 300 proposições.

Segundo o parlamentar, os trabalhos serão retomados pelos temas que ficaram pendentes na última reunião de 2011: o projeto do Ato Médico, o do Estatuto da Juventude e a reforma administrativa do Senado. As três proposições já motivaram debates acalorados na CCJ. Também está na agenda a proposta (PEC 97/11) que disciplina o poder do Conselho Nacional de Justiça. Eunício informou que haverá audiência após o Carnaval e que a PEC será votada em seguida. Ele destacou ainda as discussões sobre a reforma do Código Penal e a Lei Geral da Copa (PL 2.330/11), que está na Câmara e logo chegará ao Senado.

Texto sobre homofobia ainda depende de consenso

O projeto que criminaliza a homofobia será votado até o final do ano. A afirmação é do presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS).

Paim disse à Agência Senado haver boa vontade entre os parlamentares para a construção de acordo com Marta Suplicy (PT-SP), a relatora, e com Marcelo Crivella (PRB-RJ), um dos críticos do projeto (PLC 122/06), que transforma em crime a discriminação contra homossexuais.

— Vamos tentar resolver [o assunto] neste ano. Não devemos permitir mais que a orientação sexual seja motivo de discriminação. Mas também devemos preservar o direito de evangélicos e católicos manifestarem sua visão, sem discriminar as pessoas — ressaltou Paim.

De acordo com o substitutivo de Marta Suplicy, quem não contratar ou dificultar a contratação de alguém que atenda às qualificações exigidas para o trabalho em razão de preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero poderá receber pena de reclusão de um a três anos.

A pena também será aplicada, de acordo com a proposta em exame na CDH, a quem induzir à prática de violência de qualquer natureza por essas mesmas motivações.

Comissão Sociais

A Comissão retomará seus projetos p

— Preter

de votações

sidente da

A CAS de

co projeto

as ativida

268/02). A

postas que

o caso do P

abusiva e c

como gara

omero Jucá. Já o opositor Alvaro Dias destaca projeto que transforma em crimes hediondos os delitos de corrupção

o Senado em 2012



Neymar ataca em jogo da seleção: Lei da Copa ainda não tem consenso

Reinal Ribeiro/CBF

zação das alíquotas interestaduais do imposto.

Justiça

Também consultados pela Agência Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Humberto Costa (PT-PE) destacaram a chamada PEC do CNJ (97/11), que trata das competências do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Nacional de Justiça (veja pág. 2).

Para Alvaro, que é líder do PSDB, outra prioridade da oposição será o projeto de lei do Senado

(PLS 204/11) que transforma em crimes hediondos os delitos de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, aumentando a pena prevista no Código Penal para esses delitos.

Voto secreto

O líder tucano também aposta em outro tema importantíssimo para os opositores: as propostas que extinguem ou restringem o sigilo das votações no Senado. Ele afirmou ainda que a oposição vai continuar combatendo "o uso abusivo" das medidas provisórias.

Outros temas que devem mobilizar o Legislativo, segundo os senadores, são o Estatuto da Juventude, o projeto do Ato Médico (veja pág. 8), a redistribuição dos royalties do petróleo (PLS 448/11), o financiamento da área da saúde e a chamada guerra fiscal entre estados.

Na lista de prioridades também se incluem a reforma dos códigos Penal, de Processo Penal e de Defesa do Consumidor, a construção de hidrelétricas na região Norte e a participação do Congresso na Rio+20.

ção de Assuntos tem 309 projetos

ssão de Assuntos Sociais (CAS) suas atividades neste ano com 309 para exame.

ndemos manter o ritmo acelerado conquistado em 2011 — diz o pre-CAS, Jayme Campos (DEM-MT). verá se manifestar sobre o polêmico Ato Médico, que regulamenta les privativas dos médicos (PLS agenda de matérias inclui proe tratam de antigos problemas. É PLS 460/11, que caracteriza como exigência de caução ou depósito antia para a realização de proce-hospitalares de urgência.

mpos informa que será renovado para que as ministras Gleisi Ho-a Casa Civil, e Maria do Rosário, ria de Direitos Humanos, venham m os senadores o Plano Nacional os das Pessoas com Deficiência, o fim do ano passado.

o das drogas seguirá em destaque. á o momento de consolidar os ue sugerem medidas de combate, rá ser feito por meio de comissão e deputados e senadores.

do trabalho, uma das matérias é cede aos empregados domésticamento do seguro-desemprego, entemente de inscrição no FGTS.

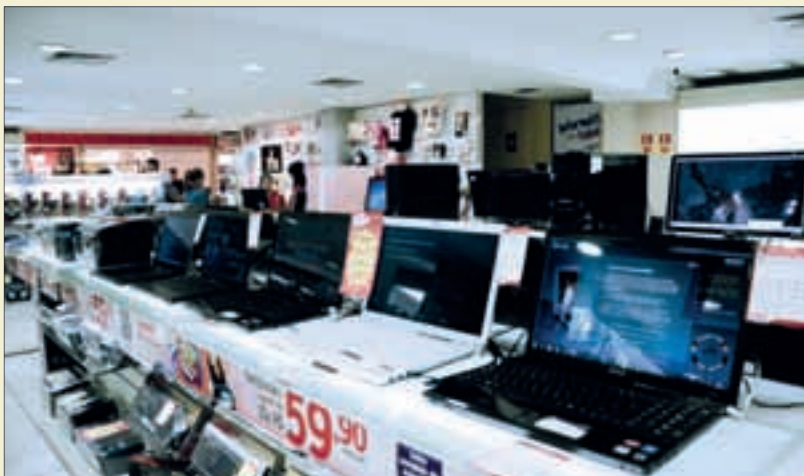
Atualização do Código do Consumidor está entre as prioridades de 2012

Após o esforço pela votação do novo Código Florestal, a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) cuidará de outro código: o de Defesa do Consumidor. Para atualizar o documento, foi criada comissão de juristas presidida por Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça. O grupo tem até o fim de março para apresentar propostas ao Senado.

Outro tema da CMA este ano será a Rio+20 (conferência da

ONU sobre desenvolvimento sustentável). A CMA tem subcomissão específica sobre o tema e deve enviar comitiva ao evento, que acontecerá em junho no Rio de Janeiro.

A CMA também programa para este ano ciclo de audiências sobre avaliação de políticas públicas, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Bolsa Família. O projeto que trata da Lei Geral da Copa é outro assunto que deve tramitar na CMA.



Comissão de juristas vai propor ao Senado mudanças no Código de Defesa do Consumidor

Ano Voipe/Senado Federal

Propostas da reforma política voltam à pauta

No primeiro semestre, os senadores devem concluir a votação do pacote de propostas da reforma política elaborado por comissão especial do Senado. Dois projetos aguardam o fim da tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e três estão prontos para o Plenário.

Um deles é a proposta de emenda à Constituição (PEC 40/11) que permite coligações partidárias apenas em eleições majoritárias (presidente, governadores, prefeitos e senadores). Com o fim das coligações nas eleições proporcionais, o voto seria dado ao candidato de determinado partido, sem contribuir para a eleição de candidato de outras agremiações.

Também aguardando inclusão na ordem do dia está a PEC 42/11. Segundo a proposta, qualquer alteração no sistema eleitoral dependerá de referendo popular.

Já a PEC 37/11, que muda as regras de suplência para o Senado, voltou à CCJ por ter recebido emenda no Plenário. A proposta reduz de dois para um o número de suplentes e proíbe que eles sejam parentes do candidato ao Senado.

Na CCJ tramita a PEC 38/11, que fixa em cinco anos os mandatos de presidente, governador e prefeito

A última proposta que aguarda inclusão na ordem do dia fixa o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais (PLS 268/11).



Gerardo Magela/Senado Federal

Eleitor assina lista antes de usar a urna eletrônica na eleição de 2010

Previdência do servidor público deve chegar logo

Um dos projetos que deverão provocar discussões no Senado é o que cria a previdência complementar para os servidores públicos da União.

O Projeto de Lei 1.992/07 tramita na Câmara dos Deputados e teve a votação, inicialmente prevista para dezembro de 2011, adiada por acordo de líderes. A previsão é que seja votado neste mês.

A proposta limita as aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de previdência da União ao teto pago pelo Regime Geral

de Previdência Social — que atualmente é de R\$ 3.691,74.

Segundo o projeto, quem recebe além desse teto poderá contribuir com um fundo de pensão para complementar a sua aposentadoria.

A proposição prevê que o novo regime será aplicado a todos os que entrarem no serviço público a partir da data do início do funcionamento da entidade de previdência complementar.

Os atuais servidores poderão permanecer no regime atual ou optar pelas novas regras.

Representação no Parlasul debaterá combustíveis

A alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis poderá ser estabelecida segundo os critérios de cilindrada do motor, adoção de tecnologia que permita o uso de biocombustíveis, consumo de combustível, emissão de gases poluentes e capacidade de carga.

A graduação do imposto está prevista no PLS 219/10, que deverá estar em pauta na primeira reunião do ano da

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, onde tem como relator o deputado Roberto Freire (PPS-SP).

O projeto da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) também estabelece uma política nacional para os biocombustíveis. Da Representação no Parlasul, seguirá para as comissões de Agricultura (CRA), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Projeto estabelece princípios que o poder público deve adotar em relação aos jovens, incluindo nessa classificação todos os que têm entre 15 e 29 anos de idade. Discussão na Câmara durou sete anos

Estatuto da Juventude deve ser definido neste semestre

O SENADO DEVE concluir neste primeiro semestre a votação do Estatuto da Juventude (PLC 98/11), cujo substitutivo foi aprovado em outubro de 2011 pela Câmara dos Deputados, após sete anos de tramitação naquela Casa.

O Estatuto da Juventude estabelece princípios e diretrizes a serem adotados pelo poder público em relação aos jovens, assim considerados quem tem entre 15 e 29 anos de idade.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), é favorável à aprovação. Em novembro de 2011, por iniciativa de Randolfe, houve audiência pública para instruir o projeto, ao qual já foram apresentadas emendas de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Clésio Andrade (PR-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Alvaro Dias (PSDB-PR), além de voto em separado de Demóstenes Torres (DEM-GO).

Na Câmara, o Estatuto da Juventude teve como relatora a deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), que adaptou o texto à inclusão de temas relacionados à sexualidade nos currículos escolares. O texto aprovado garante meia-entrada em eventos artísticos e culturais, de entretenimento e de lazer em todo o Brasil. Estabelece ainda que um mínimo de 30% dos recursos



Bruno de Lima/Reck in Rio

Projeto em discussão prevê meia-entrada em todo o território nacional

do Fundo Nacional de Cultura seja destinado preferencialmente a programas e projetos culturais voltados aos jovens.

A matéria também proíbe a participação de menores de 18 anos em propaganda de bebidas com qualquer teor alcoólico e prevê que as escolas abordem questões como consumo de álcool e

drogas; doenças sexualmente transmissíveis; planejamento familiar; e o impacto da gravidez, planejada ou não, na vida dos jovens.

Já o benefício de 50% de desconto nas passagens intermunicipais e interestaduais para os jovens deverá obedecer às leis federal, estaduais e municipais sobre o tema.

Escola em tempo integral na ordem do dia



Demóstenes Torres, signatário da PEC

Entre as matérias a serem examinadas pelo Senado em 2012, está a proposta de emenda à Constituição (PEC 94/03) que garante o ensino fundamental em período integral aos brasileiros. A proposição está pronta para votação pelo Plenário em primeiro turno e tem como primeiro signatário Demóstenes Torres (DEM-GO).

Conforme o senador justificou, é necessário instalar com urgência a escola em tempo integral para combater o analfabetismo, a miséria e a violência. O texto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com duas emendas de relatoria. Uma delas define o ano de 2022 como prazo para a implantação total.



Jonas Pereira/Senado Federal

Jornalistas em ação em Brasília: diploma pode voltar a ser obrigatório

Acordo prevê votação este mês do diploma de jornalista

A PEC 33/09, que torna obrigatório o diploma de graduação em Comunicação Social para exercício da profissão de jornalista, deve ser votada em fevereiro, em segundo turno, pelo Plenário do Senado, conforme acordo dos líderes partidários.

A votação em primeiro turno ocorreu no final de novembro e, em 9 de dezembro, a matéria teve sua primeira sessão de discussão em segundo turno.

Apresentada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC dos Jornalistas acrescenta novo artigo à Constituição, o 220-A, estabelecendo que o exercício da profissão de jornalista é "privativo do portador de diploma de curso superior de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, expedido

por curso reconhecido pelo Ministério da Educação". É mantida a tradicional figura do colaborador, sem vínculo empregatício, e são validados os registros obtidos por profissionais sem diploma, no período anterior à mudança na Constituição prevista pela PEC.

A proposta tenta neutralizar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de junho de 2009 que revogou a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. De 1º julho de 2010 a 29 de junho de 2011, foram concedidos 11.877 registros, sendo 7.113 entregues mediante a apresentação do diploma e 4.764 com base na decisão do STF.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator, argumenta que o projeto resgata a dignidade profissional dos jornalistas.

Projeto regula uso de colete à prova de balas por profissionais da imprensa

A polícia pode ter que fornecer coletes à prova de balas aos profissionais de imprensa em operações policiais. É o que propõe o Projeto de Lei do Senado (PLS) 699/11, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), com o objetivo de diminuir os riscos para os jornalistas.

Na justificativa, o autor lembrou a morte do cinegrafista Gelson Domingos, em novembro de 2011, atingido por um tiro de fuzil quando acompanhava operação da PM do Rio.

Pela proposta, as operações que envolvam armas de fogo poderão ser acompanhadas por jornalistas, a critério do comandante da corporação.



Jose Luiz/Senado Federal

Vital do Rêgo lembra caso de cinegrafista morto em 2011

Além de fornecer coletes adequados, a polícia deverá definir o número de jornalistas e outros profissionais que acompanharão a atividade. A matéria está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Walter Pinheiro é o novo líder do PT no Senado

Walter Pinheiro (BA) é o novo líder do PT no Senado. A escolha foi feita na manhã de ontem, após reunião com representantes do partido

Eleito por unanimidade, depois que Wellington Dias (PI) abriu mão da disputa, Pinheiro substituiu Humberto Costa (PE).

O novo líder falou que sua escolha refletiu “a completa afinidade entre os senadores e o PT”.

— O partido não interferiu nas escolhas, mas foi parte de um processo decisório. Começamos o ano em paz e unificados — afirmou.

Na mesma reunião, foi definida também a permanência de Marta Suplicy (SP) como 1ª vice-presidente da Casa.

Paulo Paim (RS) e Delcídio do

Amaral (MS) continuarão nas presidências das comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Econômicos (CAE), respectivamente.

De acordo com Pinheiro, houve uma revisão no acordo estabelecido no ano passado que previa mudanças dos nomes nesses postos de comando em 2012.

— Não existiu ruptura de acordo, mas uma revisão. Não fomos movidos por pressões, mas por uma análise de elementos conjunturais que nos levou a concluir que seria melhor não haver modificações neste momento — explicou o parlamentar.

O PT conta com 13 senadores, além de Gleisi Hoffmann, que está à frente da Casa Civil.



Senadores Humberto Costa e Walter Pinheiro e o presidente do PT, Rui Falcão

Senador diz que governo dará prioridade a infraestrutura

Em entrevista à Agência Senado, o novo líder do PT no Senado, Walter Pinheiro, avaliou positivamente a perspectiva de investimentos em infraestrutura, previstos em R\$ 47 bilhões para 2012.

Ele disse que a melhoria e o crescimento da infraestrutura nacional são prioridade para o governo e acrescentou que as estatais investirão, apenas neste ano, outros R\$ 100 bilhões em diversas áreas.

— O processo de crescimento da economia em 2011 não foi tão animador, devido principalmente à crise econômica mundial. Mas, mesmo nessas circunstâncias, o governo está apostando em um crescimento razoável, que precisa ser sustentado por avanços na infraestrutura — disse.

Um dos desafios brasileiros para 2012, afirmou o senador, é alavancar a infraestrutura de mobilidade urbana e aeroportuária, mas sem esquecer outras áreas, como a malha ferroviária. A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 são algumas das motivações para que o país invista em quantidade e qualidade nesses setores.

— Podemos aproveitar esses grandes eventos para dotar

nossas cidades de equipamentos que atendam às necessidades da população por muitos anos — disse.

Questionado sobre possíveis cortes de recursos nesses investimentos em virtude do cenário econômico mundial, Walter Pinheiro disse achar difícil que áreas tão necessitadas sofram contingenciamentos:

— A tendência do governo é manter integralmente investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, por exemplo. As obras e investimentos em infraestrutura são prioridade para o governo.

Se necessários, adiantou o senador, cortes de recursos recairiam sobre emendas orçamentárias, como as de bancada e as de comissões, além de projetos menos urgentes.

Relator do Plano Plurianual 2012-2015, o senador prevê bons investimentos também no Programa Minha Casa, Minha Vida, na exploração e na distribuição de gás e nos transportes marítimo, hidroviário e rodoviário.

Walter Pinheiro informou que o governo está atento para a necessidade de incremento na geração energética, para garantir a sustentabilidade do crescimento do PIB.

Direito constitucional ao livre exercício de atividades profissionais, desde que não acarrete danos à sociedade, tem feito com que muitas propostas, mesmo quando sancionadas, recebam vetos parciais

Projetos sobre profissões são o maior alvo de vetos

A REGULAMENTAÇÃO DE profissões tem sido um dos principais alvos dos vetos do Executivo a projetos aprovados pelo Congresso. Mesmo as propostas sancionadas têm muitas das regras e exigências previstas no texto original rejeitadas em vetos parciais.

No dia 18, Dilma Rousseff sancionou a regulamentação da atividade de turismólogo (Lei 12.591/12), mas vetou dispositivos do projeto de origem (PLS 290/01), do então senador Moreira Mendes, como a exigência de curso superior em Turismo ou Hotelaria. A explicação do Executivo é de que a Constituição assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer dano à sociedade.

A justificativa foi a mesma para o veto parcial ao PLC 112/07, que originou a Lei 12.592/12, sobre atividades como as de cabeleireiro e esteticista. O projeto exigia formação específica e nível fundamental completo para atuação nessas áreas, com o objetivo, segundo Ana Amélia (PP-RS), de garantir mais segurança ao consumidor.

Autor do PLS 618/07, que regulamentava as atividades de catador e reciclador de lixo, Paulo Paim (PT-RS) destacou que o objetivo era garantir a essas pessoas direitos como o de aposentadoria e o de montar cooperativas. No entanto, Dilma vetou a proposta, explicando que exigências como a de registro no Ministério do Trabalho “poderiam representar obstáculos imediatos

à inclusão social e econômica dos profissionais, sem que lhes seja conferido qualquer direito ou benefício adicional”. Outro exemplo ocorreu em agosto, quando a presidente sancionou o PLC 17/11, transformado na Lei 12.467/11, mas vetou o artigo que exigia certificado de curso na área para o exercício da atividade de *sommelier*.

Já a regulamentação da profissão de taxista (PLC 27/11) escapou do veto. A Lei 12.468/11 manteve a exigência de participação em cursos de direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos. Em 2011, o Senado aprovou ainda regulamentações das atividades de comerciário (PLS 115/07), motorista (PLC 319/09) e *disc-jockey* (PLS 322/10). Essas propostas seguem para a Câmara.

Diversas propostas são reapresentadas

O fato de o Congresso demorar a se reunir para examinar os vetos tem feito com que o teor de muitos projetos rejeitados, integral ou parcialmente pelo Executivo, ganhe forma em novas proposições. Atualmente, aguardam apreciação do Congresso 159 vetos, 44 integrais e 115 parciais.

Um exemplo é o veto de 2010 à Emenda Ibsen, que determinava o rateio dos recursos

dos *royalties* da exploração do petróleo pelos critérios de distribuição dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). O tema acabou sendo tratado em novos projetos, reunidos em substitutivo ao PLS 448/11, aprovado pelo Senado e encaminhado à Câmara.

Outro é o PLS 740/07, do senador Romeu Tuma, sobre a regulamentação das ativida-

des de *disc-jockey* e produtor de áudio. No final de 2010, o texto foi vetado integralmente pelo então presidente Lula. Um ano depois, a Comissão de Assuntos Sociais tornou a aprovar projeto sobre o tema (PLS 322/10). Do então senador Sérgio Zambiasi, inclui as duas categorias na regulamentação das profissões de artista e de técnico em espetáculo de diversões (Lei 6.533/78).



Plenário do Congresso Nacional em 5 de outubro de 1988, dia em que foi promulgada a Constituição Cidadã

Sarney celebra os 25 anos da Constituinte

A Assembleia Nacional Constituinte, cuja instalação completou 25 anos ontem, foi tema de entrevista concedida pelo presidente do Senado, José Sarney, ao programa *Repórter Brasil*, da TV Brasil, transmitido ontem à noite.

Sarney — presidente da República de 1985 a 1990 — comentou os desafios de governar o país ao mesmo

tempo em que uma nova Constituição era elaborada, em pleno processo de redemocratização.

A Constituinte foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987 e atuou por 20 meses, contando com o trabalho de 487 deputados federais e 72 senadores. No dia 5 outubro de 1988, foi promulgada a que passou a ser conhecida como

Constituição Cidadã.

Na manhã de ontem, Sarney participou da abertura do ano judiciário, no Supremo Tribunal Federal (STF). Em sua fala, informou que tramitam no Legislativo cerca de 1.500 mil emendas de reforma da Constituição, o que mostraria “a dinâmica da sociedade em favor de uma Constituição viva”.

Apresentada em 2002, a proposta já foi votada no Senado e na Câmara. A cada exame, mudanças foram feitas, como as agora sugeridas por Antonio Carlos Valadares

Senado volta a tratar do projeto do Ato Médico

COM A RETOMADA dos trabalhos legislativos, entre as matérias polêmicas a serem tratadas pelo Senado está a que trata do exercício da Medicina e determina atividades privativas dos médicos: o projeto do Ato Médico. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o parecer do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), já lido, deve ser votado em fevereiro.

O texto da Câmara para o projeto do Senado (PLS 268/02) é uma antiga reivindicação dos médicos, que reclamam maior clareza na delimitação legal de sua atuação. Mas a categoria enfrenta críticas de outros profissionais que atuam na área de saúde — como psicólogos, enfermeiros, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, dentistas, farmacêuticos e outros — e temem o esvaziamento de suas funções e a formação de uma reserva de mercado para os médicos.

Desde o início da tramitação do projeto, pelo menos cinco aspectos têm gerado reações das categorias que atuam no setor, preocupadas com prejuízos em sua atuação profissional. Os críticos argumentam que a proposta estabelece como exclusivas de médicos atribuições já asseguradas a outras categorias.

O texto determina, por exemplo, que cabe exclusivamente a médicos o diagnóstico de doenças, mas outras categorias, como psicólogos e nutricionistas, reivindicam o



Médico analisa radiografia no Serviço Médico do Senado: profissionais da área de saúde apontam “reserva de mercado”

direito de também atestar as condições de saúde de uma pessoa, que engloba aspectos psicológicos e nutricionais.

Tem sido ainda criticada a norma que define como privativa do médico a execução de procedimentos invasivos, que incluem a “invasão da pele”. Acupunturistas, por exemplo, temem que a interpretação do conceito de procedimento invasivo possa restringir sua atuação profissional.

Outra determinação polêmica é a de que apenas médicos podem chefiar serviços de saúde. Para as demais categorias,

a norma é um retrocesso em relação às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), de atendimento universal, igualitário e integral, realizado por equipes multiprofissionais.

Dez anos de conflitos

Apresentado em 2002 pelo então senador Benício Sampaio, o projeto foi aprovado no Senado em 2006, na forma de substitutivo da relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Lúcia Vânia (PSDB-GO). Após três anos na Câmara, o projeto foi aprovado com diversas modificações e






voltou ao Senado em outubro de 2009. Tramita agora na CCJ, mas ainda vai passar pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), antes de ir ao Plenário.

No final de dezembro, Valadares apresentou seu relatório na CCJ, mas pedido de vista coletivo adiou a votação da matéria. Em seu relatório, o senador afirma ter modificado o projeto para atender da melhor maneira possível todas as categorias que atuam na área de saúde (veja quadro comparativo entre as versões do texto).



Para ele, a definição de requisitos legais para o exercício da Medicina é essencial para evitar a atuação de pessoas inescrupulosas. Mas isso não quer dizer, pondera, que uma nova lei possa interferir no que já está regulamentado para as demais profissões.

Pontos polêmicos do projeto do Ato Médico

PONTO	CRÍTICA	POSIÇÃO DO RELATOR
 <p>Diagnósticos de doenças O projeto estabelece como privativo dos médicos diagnosticar doenças que acometem o paciente.</p>	<p>Psicólogos e nutricionistas reivindicam o direito de também atestar as condições de saúde em aspectos psicológicos e nutricionais. Já fisioterapeutas e fonoaudiólogos querem ser responsáveis pelo diagnóstico funcional, que avalia a capacidade do paciente de realizar movimentos, articular sons, entre outros.</p>	<p>Valadares manteve como privativa dos médicos a “formulação de diagnóstico nosológico”, para determinar a doença, mas retirou essa exclusividade para diagnósticos funcional, psicológico e nutricional, além de avaliação comportamental, sensorial, de capacidade mental e cognitiva.</p>
 <p>Assistência ventilatória mecânica ao paciente O texto original estabelece como tarefa exclusiva dos médicos a definição da estratégia para pacientes com dificuldade respiratória (intubação acoplada a equipamento que bombeia ar aos pulmões) e a forma de encerrar o procedimento.</p>	<p>Os fisioterapeutas questionaram a norma, alegando que também atuam no atendimento a pacientes com dificuldade respiratória, especialmente nas unidades de terapia intensiva (UTIs).</p>	<p>Valadares acolheu emenda da Câmara que atribuiu aos médicos a coordenação da estratégia ventilatória inicial e do programa de interrupção, assegurando a participação de fisioterapeutas no processo.</p>
 <p>Biópsias e citologia Emenda aprovada na Câmara limita aos médicos a emissão de diagnósticos de anatomia patológica e de citopatologia, que visam identificar doenças pelo estudo de parte de órgão ou tecido.</p>	<p>Biomédicos e farmacêuticos argumentam que a medida fere sua liberdade de atuação profissional, uma vez que análises laboratoriais requerem “interpretação” do material colhido e não “diagnóstico médico”.</p>	<p>Valadares rejeitou mudança da Câmara, mas manteve como tarefa restrita aos médicos a emissão de laudos de exames endoscópicos, de imagem e anatomopatológicos (de amostras de tecidos e órgãos).</p>
 <p>Procedimentos invasivos O projeto prevê como exclusivo de médicos “procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo acessos vasculares profundos, biópsias e endoscopia”, o que compreende a “invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo da pele para injeção”.</p>	<p>A norma motivou reação de acupunturistas e até mesmo de tatuadores, que temem enfrentar restrição em seu campo de atuação por conta da interpretação do conceito de procedimento invasivo.</p>	<p>Valadares manteve a norma em seu relatório, mas retirou da lista de atribuições exclusivas dos médicos a “aplicação de injeções subcutâneas, intradérmica, intramusculares e intravenosas”, apesar de a recomendação de medicamentos a serem aplicados por injeção continuar sendo uma prerrogativa médica.</p>
 <p>Direção e chefia Pelo texto em análise, apenas médicos podem ocupar cargos de direção e chefia de serviços médicos.</p>	<p>As demais categorias que atuam no setor consideram a norma um desrespeito aos outros profissionais que atuam nos serviços de saúde. Eles argumentam que o atendimento é feito por uma equipe multidisciplinar, não havendo justificativa para que apenas uma categoria tenha a prerrogativa de direção e de chefia na unidade de saúde.</p>	<p>Valadares manteve a norma.</p>